

TERRAS DE PRETO ENTRE IGARAPÉS E RIOS¹

Edna Castro²

Introdução

A consulta a documentos históricos mostra a relevância da participação do negro na economia regional cujo trabalho foi fundamental na construção da sociedade colonial³. Ele participou ativamente nas atividades agrícolas das fazendas de gado, cacau, algodão, cana de açúcar e nas demais lavouras, no transporte e na navegação, como também nos engenhos de cana de açúcar, nos moinhos de arroz e nas demais atividades da indústria extrativa, neste caso a extração de madeira por excelência. As construções de obras públicas requeriam mão-de-obra escrava aplicada à fortificações, hospitais, cadeias, estradas, prédios para a administração e comércio, ou ainda para construção de conventos e escolas, e uma série de outros serviços urbanos. Pedreiras, olarias, extração de cal e serrarias de madeira constituíam atividades essenciais à construção civil, lugares de trabalho escravo. Em todas as atividades, como inúmeras funções nas cidades e nos espaços do trabalho doméstico, ele esteve presente pela mediação do seu trabalho. No período pombalino, concomitantemente à formação de estruturas camponesas e da montagem de empreendimentos agrícolas com base no trabalho escravo, é intensificado o tráfico de escravos, a comercialização de gêneros e a construção de obras de infra-estrutura à produção.

O rio Bujaru foi ocupado até suas cabeceiras no final do século XVIII pelo que se pode denotar pela situação das posses das Cartas de Data de Sesmarias concedidas entre 1724 e 1824. Pelos mesmos documentos depreende-se que esse território estava também ocupado fora do sistema sesmarial, com a presença de posseiros que ali diziam “ser moradores” há bastantes anos, sob mecanismos de apossamento primário, ou posses recebidas por herança,

¹ Este artigo é parte do relatório de Pesquisa “Quilombolas de Bujaru. Memória da Escravidão, Territorialidade e Titulação da Terra” elaborado na pesquisa Mapeamento de Comunidades Negras Rurais no estado do Pará, através de Convênio celebrado entre Secretaria de Justiça do Estado/Programa Raízes e UNAMAZ, e no âmbito da pesquisa NAEA/UFPA e do Projeto Integrado de Pesquisa do CNPq.

² Professora da Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos estudos Amazônicos e coordenadora de Projeto Integrado de Pesquisa, CNPq.

³ Este projeto de pesquisa é parte e continuidade de um projeto anterior que teve como objetivo contribuir para o mapeamento das comunidades negras rurais do Estado do Pará, em 1999. Aquela primeira fase, se é que podemos assim dizer, decorreu de demandas formuladas pelo Centro de Cultura Negra do Estado do Pará/CEDENPA e de grupos de quilombolas já organizados como a ARQUEOB, à Secretaria de Ciência e Tecnologia do Pará/SECTAM. Os trabalhos daí resultantes, entre os quais alguns relatórios que serviram de base, enquanto estudos histórico-antropológicos, a pleitos de titulação de terras de grupos auto-intitulados como remanescentes de quilombo, e em processo de resgate dos direitos sobre o território de antigas ocupações. Os resultados daqueles estudos revelaram um número de 240 comunidades identificadas no Estado (ACEVEDO, R & CASTRO, E.: 2000). Foi possível percorrer, em estudos específicos, seus modos de vida, situação das terras que ocupam, identidade e inserção na sócio-economia da região, além de uma recuperação de traços da memória da escravidão e do quilombo. Iniciada em dezembro de 2002, depois de dois anos de interrupção com a conclusão do projeto acima citado, a renovação de uma segunda etapa acabou se concretizando, sendo retomados os trabalhos anteriores.

desenvolvendo uma agricultura de roças, lavouras de gêneros diversos, com plantios de cacau, tabaco e cana-de-açúcar. Essa região de Belém era o centro de interesse de colonos portugueses, mitos deles açorianos, que se dirigiam para as terras da Província do Pará e Maranhão. Nos rios Guamá, Acará, Mojú, Capim e Bujaru, assentaram-se os marcos de freguesias e vilas e, em todos estes casos, se tornaram sedes dos municípios.

A análise de cartas de sesmarias concedidas no rio Bujaru de 1721 a 1824, permitiu montar um mosaico dos peticionários, o destino que queriam atribuir às terras, a situação da ocupação das terras, e levantar questões sobre outras formas de apossamento dessas terras fora do sistema sesmarial. Permitiu também constatar que foram distribuídas as terras ao longo do rio Bujaru, até suas cabeceiras, e nos igarapés que nele deságuam como o Curuperé, o Igarapé João, o Pirapoca e o Cravo.

O aumento da população escrava localizada em fazendas e engenhos de Bujaru verificado entre os censos de 1778 e 1803, revela uma provável ocupação das terras muito maior do que seria permitido pelas vinte Cartas de data de Sesmarias concedidas naquele rio. Uma hipótese é que as concessões representariam apenas uma parte das terras efetivamente declaradas como pertencentes aos sesmeiros, indicando uma apropriação privada de terras públicas fora do sistema sesmarial, mas finalmente por ele legitimada na medida que poderia ter um documento oficial como aval à sua instalação. Mas provavelmente a maior parte das terras de Bujaru foi ocupada por outros mecanismos, como o apossamento primário, incluindo aí grandes e médios proprietários, pequenos sesmeiros, sitiantes sem terras, quilombolas e índios destribalizados.

A reconstituição no presente do processo de ocupação das terras ao longo de rio Bujaru e de seus igarapés, e na intersecção com as terras vizinhas do rio Capim, revela um processo de ocupação de terras por parte de negros escravos fugidos das fazendas sob situações diversas. O processo mais importante foi a fuga das fazendas, entre outras formas de acesso a essas terras como a permanência em franjas cedidas por seus senhores para roças de subsistência, ou ocupadas pelos escravos em situação de abandono por seus senhores. Isso ocorreu do final do século XVIII e durou até as primeiras décadas do século XIX, verificando-se um movimento depressivo na economia com a decadência de empreendimentos agrícolas, fenômeno generalizado em todo o interland do estuário do rio Amazonas, seguido de seus grandes afluentes. Nos relatos recolhidos através da história oral, no município de Bujaru, há freqüentes referências a terras de herança, terras de preto e acesso à terra através de compra, na busca de explicação sobre as razões de seus antepassados terem se fixado nessas terras onde hoje se encontram seus descendentes.

As rupturas com o sistema escravagista, as revoltas, os levantes e as fugas emergem já desde o início do século XVIII. Grupos crescentes de negros logram romper os laços com seus senhores pela fuga sobretudo a partir de meados do século. Mesmo em condições de clandestinidade, passam a exercer inúmeras atividades em roçados ou plantações de outrem, em locais onde precisassem de trabalhadores, ali onde ele pudesse se assegurar das condições de

existência fora do regime escravo. No entanto, a maior parte acaba por recriar, no interior das florestas, seus roçados, fortalecendo assim os laços internos e ampliando seus conhecimentos e as práticas de uso dos recursos da floresta e cursos d'água.

Este artigo é parte de um Relatório de pesquisa ⁴. Ele se restringe ao município de Bujaru que faz parte da mesoregião de Tomé Açu e da micro-região de Belém, tradicionalmente reconhecida como Região Guajarina. Compõe-se de duas partes distribuídas em sete capítulos. Os três primeiros refletem o esforço de entendimento das formas de ocupação desse território por famílias negras e como conformaram povoados rurais que vivem até o presente de uma economia agrícola centrada sobre a produção de farinha de mandioca. Finalmente este Relatório mostra as condições de existência na atualidade da comunidade de São Judas no município de Bujaru, como uma unidade que se vincula pela história compartilhada, com raízes comuns, construída ao longo desses séculos enquanto pequenos produtores familiares ligados por fortes laços de consangüinidade, com um grupo de comunidades rurais hoje localizadas no Município de Concórdia do Pará – Cravo, Santo Antônio, Curuperê, Curuperezinho, Dona, Ipanema, Campo Verde, Galho, Jutai Grande e Jutai Pequeno. Impossível tratar a história do mesmo grupo que até o presente se identifica pelos fortes laços de identidade, separadamente⁵. Razão pela qual os capítulos referentes à reconstituição de processos históricos serão apresentados em ambos os relatórios, ainda que haja um tratamento da atualidade particularizadamente em cada um dos referidos municípios.

A luta pela terra e direitos de acesso a crédito para desenvolvimento agrícola reúne as comunidades do município de Bujaru às de Concórdia do Pará, como um *continuum* formado pela história comum de ocupação dessas terras, fortes laços de solidariedade, reconhecimento de suas identidades como pequenos produtores familiares, religiosidade e tradições culturais. Os diversos povoados ainda atualizam suas relações através de matrimônios, partilha de terras no grupo familiar extensivo e identidades novas que se forjam na luta pela terra, pela afirmação como negros e remanescentes de quilombos e finalmente, no seio do pela sobrevivência da condição de camponeses. O movimento de mulheres, como os demais, articulam-se, através das mobilizações, para dentro desse universo de comunidades negras rurais e para fora, nas redes de sindicatos/FETAGRI, do Movimento dos Sem Terra/MST e Movimento da Pequena Produção Familiar/MPA, da Igreja e ainda muito novo, do movimento negro e de remanescentes de quilombos no Pará. Estratégias que se encontram com os princípios do direito instituído na

⁴ Iniciada em dezembro de 2002, depois de dois anos de interrupção com a conclusão do projeto acima citado, a renovação de uma segunda etapa acabou se concretizando, sendo retomados os trabalhos com vistas a concluir o Mapa das Comunidades Negras do Pará. A pesquisa de campo possibilitou percorrer uma parte dos municípios de Bujaru e de Concórdia do Pará, através dos povoados de São Judas, Santo Antônio, Curuperê, Curuperezinho, Cravo, Dona, Campo Verde e Ipanema, assentados todos eles às margens de igarapés que conformam a bacia hidrográfica do rio Bujaru.

⁵ Mudanças ocorridas na gestão do território devido a políticas de divisão territoriais verificadas na década de 90.

Constituição Brasileira de 1988 e o respaldo legal no Artigo 68⁶ do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

Conclusão A ocupação do território e as contínuas idas e vindas ao INCRA, em Belém, onde mantém uma reunião semanal com técnicos do órgão⁷, para discutir uma agenda pré-definida pelo movimento, conjuntamente com todas as outras Associações e Sindicatos de Trabalhadores Rurais dos municípios da Região Guajarina, conseguiu alguns ganhos no encaminhamento de questões relativas à titulação das terras e de projetos de desenvolvimento. Porém se queixam que as principais *promessas do órgão* ainda estão na *gaveta* ou no *papel*. E por este motivo, procuram afirmar elementos da identidade negra e de sua história, e de direitos de usufruto do território.

Sociedade Colonial e Organização da Produção pelos Rios na Região Guajarina

No início do século XVIII começaram a ser concedidas pela coroa portuguesa as cartas de dattas de sesmarias, documentos de posse de terras, a moradores das freguesias de Belém e rios adjacentes. Os registros de sesmarias em rios como Capim, Guamá, Bujaru, Acará, Mojú e Acará, e na embocadura do rio Tocantins, indicam, para meados do século XVIII, o aumento da ocupação e fixação nas terras próximas de Belém (ACEVEDO: 2001; ÂNGELO-MENEZES:1998). Alguns sesmeiros iniciaram em meados do século, plantações de cana, algodão e cacau, a criação de algumas cabeças de gado, e uma agricultura para sustentação familiar, com dominância da mandioca.

Lentamente foram introduzidas pequenas estruturas de comercialização em lugares nos rios e bocas de igarapés, trazendo para Belém as produções interioranas, onde a movimentação comercial dependia desses gêneros das roças, da pesca e da coleta silvoflorestal. A organização do mercado da região, que se fazia pela influência de Belém. A exploração de recursos silvoflorestais intensificara-se com especializações segundo sua disponibilidade e mercado⁸. Baena relata as reclamações, por moradores de Belém, do transporte das rezes da Ilha Grande Joanes para suprir as necessidades de carne da cidade, que demorado e irregular, reduzia sua qualidade, discutindo as possibilidades de designar a formação de um pasto público nos arredores da cidade onde o gado seria solto para engorda antes de s organização do mercado da região, que se fazia pela influência de Belém.er comercializado ou abatido.Porém, nessa primeira fase da economia colonial era o comércio de especiarias o mais relevante com reduzida absorção de produtos agrícolas pelo consumo interno. Os pequenos e médios sítiantes produziam os gêneros de

⁶ Este artigo da Constituição Federal de 1988 determina que: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida à propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos”.

⁷ O aumento da tensão em torno do não atendimento aos itens da pauta que havia sido aprovada com anterioridade pelo INCRA, foi a justificativa que deram para o acampamento na sede do órgão, em Belém, nos meses de março e abril de 2003

⁸ Baena em suas descrições contemporâneas aos fatos, comenta aspectos importantes do mundo do trabalho nos primórdios da colonização portuguesa na Amazônia, e sobre os índios considera sua exímia competência e *grande prestança em sacar dos matos as drogas, em trabalhar nas salgações dos peixes, e na extração de azeite dos ovos de tartarugas* (BAENA: 1969, pág. 207)

consumo da família e da unidade de produção, incluindo a mandioca e outras raízes, legumes, arroz, frutas, óleos, utensílios de fibras ou de cerâmica, barcos e montarias, instrumentos de pesca e caça, plantas medicinais, fabricando um sem número de produtos, porém em escala reduzida.

As fazendas de tamanho médio ou pequeno, junto com modestos sítios, seguiam um modelo de paisagem voltado para os rios e igarapés. Compunham o mundo rural que se organizara com base no extrativismo e na agricultura. Todas as unidades se distribuíam às margens dos rios e ainda penetraram na malha intrincada de igarapés e furos formadores desta primeira fase da economia colonial que girava em torno do mercado e do porto de Belém. Sob que critérios, não formais, é decidida a doação das Cartas de Data de Sesmarias e como se forma um sistema de privilégios? Não raro os donos de fazendas estavam envolvidos em postos da administração colonial. Como se conformaram as hierarquias nesse período? Quais os lugares reservados para os portugueses que chegavam continuamente em pequenos grupos ou ainda, numerosos, incentivados pela política colonial? E o lugar das Congregações Religiosas nas estruturas de poder e da hierarquia social?

As primeiras fazendas nas proximidades de Belém e que datam de dois séculos atrás, estiveram localizadas às margens de rios que se formam na embocadura do Amazonas. Elas concentraram uma população escrava importante, embora mostrassem uma acanhada aplicação à agricultura como escreveu Baena (1969). Na visão deste observador *A plantagem do arroz e do algodão, era o capital objecto das lidas agrarias nas Fazendas adjacentes à Cidade: todas as mais plantas são agriculturadas em porções minimas* (BAENA, 1839, 79) Spix e Martius mencionam o cultivo *particularmente da cana de açúcar nas cercanias de Belém*, chegando sua produção a atender o mercado da capital da província e a ser exportado para o Maranhão. Uma parte considerável destilava-se para fabricar cachaça e licores. Acrescentam esses viajantes que *grandes remessas da aguardente comum vão para os Açores e para Portugal, de onde é recambiada ao Brasil, depois de parcialmente retificada*. Pelo Relatório do Presidente da Província, Carlos de Araújo Brusque, em 1862, havia três moinhos de arroz movidos a água e um a tração animal, ao lado de 1.165 casas de farinha⁹.

A expansão da agricultura é organizada pela administração colonial e com os recursos do trabalho missionário de várias Ordens Religiosas, conseguindo estruturar através da catequese *descimentos* de índios e a formação de povoados que deram origem a muitas cidades da malha urbana amazônica na atualidade. As plantações de cacau, cana-de-açúcar, café e algodão, além de outros gêneros de lavoura, nas missões, somavam-se aos ofícios realizados por artesãos de madeira, de cipós, de tecelagem de algodão e outras fibras, e ao trabalho nas manufaturas, como

⁹ BRUSQUE, Francisco Carlos de Araújo (1862) – Relatório apresentado pelo Exmo. Senr. Presidente da Província, Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque à Assembléia Legislativa da Província do Pará na Primeira sessão da XIII Legislatura. Em 1º. de setembro de 1862. Pará, Typographia de Frederico Carlos Rhossard, Belém, p. 57-66.

os engenhos de cana e moinhos de arroz¹⁰, além das fazendas de gado que estavam entre os empreendimentos mais promissores da Colônia. O trabalho missionário que representa o “cuidar dos negócios do espírito”, iria também conformar a geografia da ocupação das terras novas nesse início da colonização¹¹. Quais as razões que orientavam a ocupação das terras nesse período? Como se organizava o comércio das drogas do sertão e sua exportação? Quais os produtos agrícolas que, nessa primeira fase, interessava à economia mercantil?

Esse espaço de vida e de trabalho está organizado pelo poder colonial sediado em Belém e pelo poder eclesiástico que se espalha no território através de suas missões e Freguesias rurais. Nas terras banhadas pelos rios que compõem o estuário amazônico, com seus numerosos rios, furos e igarapés, incluindo as dezenas de ilhas do delta, terras do baixo rio Tocantins, e ainda os vales de rios que deságuam na costa do nordeste paraense, conhecida como região do Salgado, desenvolveu-se uma agricultura que absorvia conhecimentos agroecológicos das sociedades indígenas. E saindo de Belém em direção ao sudeste, destacam-se pelo adensamento populacional os rios Mojú e Acará e os Igarapés Guajrá e Miri; ao norte, as numerosas ilhas que conformam o delta amazônico, entre elas a do Marajó, e no nordeste são as terras de Bragança e de Vigia.

As terras das margens do rio Guamá, como de outros rios como Bujaru e Capim, mostram-se férteis para os plantios de cacau e cana de açúcar. Seus moradores abasteciam o mercado regional também com castanha-do-pará, óleo de copaíba, salsaparrilha e madeira, esta proveniente de suas terras mais altas. Fora as roças de mandioca, arroz, milho e verduras, comuns em todos os rios, havia uma certa predominância de plantações de cacau ou de cana naqueles rios. O cacau era plantado em quase todas as fazendas das redondezas desses rios, e os engenhos, onde se processavam a cana espalharam-se no entorno de Belém, como se pode constatar pelos levantamentos históricos de Marques (1993) e pelas ruínas hoje ainda visíveis nas margens de rios, furos e igarapés. Outros produtos como o tabaco e o café foram cultivados em pequenas quantidades, mas apontados nas justificativas dos pedidos de Carta de Datta de Sesmarias, encaminhados aos governadores da província.

A produção de cacau era expressiva no final da primeira metade do século XVIII, sobretudo importante o cacau que descia para o porto de Belém vindo do baixo Amazonas, do Vale do Tocantins e de rios nas cercanias da cidade¹². Os navios chegaram escassamente no

¹⁰ Cresciam paralelamente ao aumento das plantações algumas manufaturas, sendo mais numerosas os Engenhos de cana que se espalhavam nos rios Mojú, Acará, Igarapé-Miri, Capim, Bujaru, Tocantins, e nas ilhas da embocadura do Amazonas. Em 1750 havia manufaturas de algodão, fabricando xitas e no final do século XVIII registrava-se a presença de manufaturas utilizando o látex como matéria prima, onde eram produzidos sapatos, bolsas, roupas e capas impermeáveis.

¹¹ Os Jesuítas começaram sua obra de catequese na Amazônia em 1653 com a chegada do Padre Antônio Vieira. Expandiram suas missões pelos rios do Negro ao Xingu, Tapajós, Tocantins, Madeira, Cabo Norte e Marajó. REIS (1993) faz um balanço e informa que em 1718, em toda a Amazônia, os Carmelitas tinham 12, os Frades de Santo Antônio, Piedade e Conceição da Beira e Minho formavam quinze, os Mercedários cinco, e a Companhia de Jesuítas, a maior, reunia dezenove missões com tendência a sua ampliação.

¹² O cacau florescia em grandes e pequenas propriedades, associando as espécies nativas com as plantações. A Irmandade de Santa Anna de Óbidos detinha um cacocal com mais de 16.000 pés, cuidado por nove escravos, grandeza essa não equiparada àquela dos colonos (Acevedo - Arquivo Público do Pará, Códice 783).

porto de Belém, motivo de muitas reclamações de fazendeiros e moradores sobre os limites impostos à exportação devido às dificuldades de transporte. Reis informa que em 1759, quando a produção do cacau se expressava em 700.000 pés e a do café em 17.000, a Câmara de Belém requeria a vinda de navios para buscar a produção da Capitania, pois havia carga para seis ou sete navios (REIS: 103). A Companhia do Comércio do Grão-Pará tinha como objetivo a promoção do progresso, o incentivo à produção e ao seu transporte em direção aos mercados consumidores. No final do século XVIII embarcavam no porto de Belém *algumas dezenas de milhares de arrobas de caçá, algodão, café, arroz, a que se juntava, em grande escala, a madeira que era solicitada em relações minuciosas, para as construções de edifícios reais e de embarcações no Arsenal de Lisboa* (REIS: 104). Dados apresentados pelo autor mostram a relevância da produção desse período e o declínio do cacau, do arroz e do café no início do século XIX.

A produção de madeira cresce sob pressão dos mercados consumidores de Portugal e das necessidades da administração colonial e dos serviços militares de defesa do território. As Fábricas Reais de Madeira tinham como função atender o abastecimento e o comércio de exportação, selecionando as espécies para o fabrico de embarcações, construção de prédios em Portugal ou uma série de outros empregos. Esses empreendimentos arregimentavam trabalhadores indígenas empregados no corte e retirada das toras da floresta. O reservatório desta força de trabalho encontrava-se nos Lugares de Índios e as autoridades realizavam trocas de mão-de-obra por serviços de arraste de madeira para abastecer as fábricas (ANGELO-MENEZES, 1998: 128-129 apud. ACEVEDO 1999).

Pelo Recenseamento de 1778, observa-se um movimento de compra de escravos, correspondendo a um período onde tinha sido concedida a maior parte de sesmarias, aumentando a demanda de força de trabalho escrava para tocar as plantações de cana de açúcar, cacau, algodão e tabaco, além de todos os demais gêneros de lavouras e roças, em todo o *interland* da Província do Pará. O rio Bujaru acompanha esse movimento, verificando-se na primeira metade do século XVIII o maior número de Cartas de Data de Sesmarias e, pelos dados do censo, um aumento do número da população, em especial da população escrava que corresponde a 54% da população total, nos dados de 1778. Nas Freguesias urbanas de Belém, em 1822, os escravos representam ainda mais, correspondendo a 58,7% da população total.

No período pombalino (1755-1778) a agricultura experimentou maior crescimento, tanto em produção quanto na diversidade de produtos comercializados. A produção organiza-se sob outras bases ampliando-se a inserção dos produtos das lavouras no mercado e favorecendo aqueles que demonstraram maior capacidade em organizar a produção com base no trabalho escravo. Esse processo de modernização faz parte dos movimentos inerentes ao desenvolvimento do capital mercantil e aos anseios das elites locais. No plano nacional, a política colonial privilegiou a ocupação de terras como uma estratégia econômica do capital mercantil. Os grandes proprietários fundiários reforçam estruturas de mando político, reproduzindo estratégias de controle sobre o território e seus recursos naturais.

A política de fomento agrícola da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão pretendeu criar a possibilidade de realizar inovações na organização da produção da colônia, propondo-se a fortalecer a agricultura e firmar novas bases à ocupação desse vasto território. No último quartel do século XVIII verifica-se um declínio na concessão de sesmarias e a capacidade dos senhores em adquirir novos escravos se reduz. Essa situação de decadência por que passa a Província contribuiu para o crescimento de mobilizações no meio de escravos e os processos de fuga passam a se tornar mais freqüentes e generalizados. Neles se incluem índios destribalizados, cafuzos e alguns sitiantes em movimento que levaria, mais tarde, a se fortalecer por meio de revoltas organizadas, constituição de quilombos e levantes em fazendas de senhores. Esses processos, a nosso ver, viriam a definir, em parte, a conformação atual dos apossamentos de terras por parte de grupos de população de origem africana que chegaram até a atualidade no município de Bujaru.

Embora as plantações de cana de açúcar tenham sido as mais relevantes nos vales dos rios Acará, Igarapé-Miri, Mojú e Capim, pelo que é possível apreender pela documentação consultada sobre o rio Bujaru, foram as de cacau que ali tiveram maior importância. No século XVIII, na Província, o cacau ocupou um lugar relevante nas exportações como mostram as estatísticas de 1773 a 1782 denotando o interesse de sesmeiros e posseiros (Baena: 1838). Foi uma das atividades responsáveis pelo aumento da população escrava nesses vales, destinando-se aos plantios nas áreas de várzea e aproveitamento agroecológico das terras baixas. Baena observa sobre a região do baixo Amazonas, que as terras firmes *não têm aptidão para a plantação das cacaoseiras, mas as várzeas e as ilhas suprem muito bem essas exigências da planta* (1969: 252). Mas a produção de cacau da qual resultara uma exportação expressiva, permanecia dependente das coletas do cacau nativo, e tanto em uma quanto em outra, o cacau contou com a mão-de-obra escrava. As ocorrências de cacau espalham-se e os escravos internaram-se na mata em busca do produto nativo, aprendendo a lidar com esse universo de trabalho estranho pelo menos para a primeira geração de africanos.

FUGAS E REVOLTAS NA CONSTITUIÇÃO DE QUILOMBOS NO PARÁ

No final do século XVIII e no início do XIX, ao processo de ocupação de novas terras acrescentaram-se outros grupos formados por “servos”, cafuzos, sendo provavelmente mais expressiva a ocupação coletiva de terras organizada pelo movimento de contestação da ordem colonial escravocrata e que desembocaram na formação de mocambos ou quilombos. Poderia ser grupo de quatro ou mais pessoas, assentadas em áreas escolhidas pelas suas características de isolamento, mais recônditas. É um movimento que guarda três características básicas: 1. interiorização nos espaços de rios e igarapés menos povoados; 2. ocupação de novas terras que passam a ser incorporadas à agricultura de lavouras e roças e 3. apossamento coletivo como estratégia grupal de defesa do território e da reprodução social.

Impunham-se mudanças na condução de estratégias para manter a ordem e a defesa do território na embocadura do rio Amazonas, na segunda metade do século XVIII. Baena comenta

que o Governador havia determinado, em 1763, mudanças na organização e nas estratégias militares, para o que insistia em equipar e aumentar as tropas, autorizando o

*aumento dos Corpos de Ligeiros com dois mil e quinhentos e quarenta homens indevidamente arrolados no Regimento de Milícias, fazendo passar para os ditos Corpos mil e quatrocentos e sessenta e quatro dos dous Regimentos Milicianos da Cidade; quinhentos e sessenta do de Cameté; trezentos e oitenta e nove do de Macapá; e cento e vinte e sete da Legião da Ilha Grande de Joannes. (p. 268)*¹³

No âmbito de discussões sobre as finanças da Província, advinda de dízimos do gado para financiar as missões, foi enviada uma requisição ao Governador das Armas para que estabeleça diferentes Escoltas de Soldados para fazer ronda *nos Rios, Igarapés, Furos e logares suspeitos de Mocambos ou de asilo dos Pretos fugidos* e ser precisa a notícia dos sítios aonde há *escravos profugos para mandar em continenti as Escoltas*. Vantagens financeiras eram propostas aos soldados e um adicional de ganhos se eles se dispusessem eles mesmos a remarem as canoas. Uma outra batida foi organizada para os Mocambos de Cameté, com dois destacamentos, cada um com vinte homens, para

entrar nos rios e indagar aos lavradores a localidade de algum mocambo, e que assim prossigam em todos os rios do Monicípio da Cidade, deligenciando o descobrimento de negros ausentes da escravidão. (p.343)

A presença de quilombos nas áreas próximas de Belém, onde se inclui o rio Bujaru é bem expressiva e esse processo de apossamento da terra espalhava-se por todo o *interland*, criando nas experiências de fuga, de busca de refúgio, de lutas armadas na defesa da liberdade, em cenário de matas, rios e igarapés, corredeiras e cachoeiras, o domínio de territórios. A aprendizagem dos segredos e dos perigos da floresta se faz em espaços de uma a duas gerações, portanto para eles um processo de rupturas internas violento. Isso porque os registros mostram que a principal entrada de negros em Belém foi a partir da política pombalina (1755 a 1776) e os registros dos primeiros quilombos começavam a aparecer em menos de quarenta anos, em 1790. O processo de resistência à violência imposta pelo regime escravagista espacializa-se nos séculos XVIII e XIX para vasto território que se estende do delta do Amazonas até o seu curso médio, nos rios Tocantins, Tapajós e Trombetas, e mais à proximidade de sul de Belém nos rios Moju, Acará, Capim e Bujaru, como faz prova a documentação oficial encontrada nas correspondências da administração colonial¹⁴. Sob essa paisagem de rios e floresta, de ecossistemas diversos, construíram a experiência coletiva, saberes e práticas singulares que lhes permitiram viver e se reproduzir em territórios onde hoje ainda encontramos seus prováveis remanescentes.

Vicente Salles mostra a importância da presença de escravos africanos no Pará. Até finais do século XVIII, a entrada de escravos na calha do rio Amazonas e seus afluentes, não representa um fluxo importante e nem regular. Mas teria sido suficiente para assentar as bases da

¹³ BAENA, Antônio Ladislau Monteiro (1969) *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Belém, UFPA.

¹⁴ Ver códigos de referência citados no texto.

organização do trabalho escravo nas fazendas de gado, nas plantações de senhores de escravos, ou ainda nas atividades domésticas e nos serviços nos povoados e nas vilas.

Estudos mais recentes, como de Gomes têm mostrado a grande extensão espacial desses grupos e uma quantidade de quilombos, ou mocambos, muito maior do que tem sido, em todos esses séculos, reconhecidos ou difundidos na literatura especializada. Numa perspectiva espacial e identificando essa presença, com fins de traçar um mapa das comunidades negras existentes na atualidade do estado do Pará, construído na relação com a historiografia¹⁵. Nos movimentos da economia regional nos séculos XVIII e XIX algumas áreas aparecem como centrais na ocupação do território por parte de grupos negros ou ainda numa economia agro-extrativa. Eles estavam espalhados em terras de seus senhores ou em terras por eles abandonadas nas fases de crise e decadências em que mergulhava a sociedade regional.

No final do século XVIII começam as expedições militares objetivando o reconhecimento das riquezas naturais e de coação a fugas de escravos. Dos anos 30 até o final do século, expedições militares de captura, expedições científicas e missões religiosas esquadriham essa paisagem, descrevendo com precisão a geografia, as especificidades do território, as ocorrências de fauna e flora, e o mosaico etnográfico para o caso do rio Trombetas¹⁶.

Os rios Moju e Acará constituem juntamente com a ocupação do rio Tocantins, um outro espaço de refúgio apropriado pelos escravos fugitivos. Seguem as trilhas de domínio tradicional dos povos indígenas dessa bacia e dão seqüência a formas agroextrativas de exploração de seus acidentes, igarapés e habitats onde era possível reinventar outras formas de vida em liberdade. É efetivamente um processo real de ocupação, fora da ordem colonial, dando continuidade à ocupação anterior de grupos indígenas.

As sesmarias garantiram, por outro lado, a ocupação desses rios e igarapés, durante dois séculos. Mas também há registros de diversas expedições organizadas em direção aos rios Guamá, Capim e Bujaru, visando a captura de escravos fugitivos¹⁷. As missões de captura eram motivadas pelas freqüentes queixas dos senhores em perder escravos que se evadiam para as fazendas próximas ou ainda para lugares desconhecidos, para juntarem-se a outros que se mantinham nas margens de igarapés, em geral escolhendo as suas cabeceiras mais distantes. Eram ações de autoridades do Estado Colonial e posteriormente do Estado Nacional, o mesmo já revelado anteriormente para o caso dos quilombos do rio Trombetas¹⁸. Muitos tinham interesse nesses resgates, de senhores de escravos que viram diminuir o seu patrimônio calculado pela

¹⁵ O trabalho minucioso de elaboração do Mapa de Comunidades Negras no Estado do Pará começou a ser realizado em 1999 no Projeto de Pesquisa “Mapeamento de Comunidades Negras no Estado do Pará”, convênio SECTAM/NAEA-UFPA/FADESP. Foram publicadas versões parciais, cobrindo as regiões Guajarina, Bragantina, Tocantina e do Gurupi. Retomado em dezembro de 2002, em convênio celebrado entre UNAMAZ/CEJU/RAÍZES, deverá estar concluído até outubro de 2003.

¹⁶ Sobre o assunto ver Acevedo & Castro “Negros do Trombetas” (1998), Belém, CEJUP.

¹⁷ Ver registros oficiais que noticiam expedições de captura aos mocambos da região: “Repertório de Documentos sobre os Quilombos no Pará séculos XVIII e XIX”, Belém, NAEA/UFPA.

¹⁸ Acevedo & Castro, 1998, *ibidem*.

quantidade de força de trabalho de sua propriedade, congregações religiosas, e certamente também as administrações coloniais que viam reduzir por esses processos a produção de gêneros para alimentar o comércio com os países europeus.

Alguns escravos que embrenhavam nas matas próximas da cidade, escondendo-se nos seus arrabaldes, podendo em algum momento retornar ou não. Os senhores de escravos queixam-se da demora nas diligências ocasionando por vezes nunca mais verem seus escravos. As autoridades e senhores de escravos buscavam saber onde eles se encontravam, forjando um edital de busca para envolver as pessoas das freguesias na localização dos mocambos. Em carta do Governador das Armas à Junta Administrativa Provincial ele diz ser muito difícil localizar esse mocambos e também

...socorrer a tropa em viagem tão indeterminada, e de tão molesto trabalho, quaes as que seria necessário effectuar para discorre, e quiçá com pouco proveito, por tantos logares de suspeita como os que se comprehendem entre a foz do Mujú e a do Tocantins, lhe parece assas prudente a consideração que serve de fundamento à sua medida de exigir por Edital aos habitantes o conhecimento dos pontos, em que achão refugiados pretos e desertores, para depois os cercar e aprehender; e em quanto não se realiza esse conhecimento seria acertado fazer-se uma batadura na ilha das Onças e na ilha do Mosqueiro aonde existem Mocambos segundo algumas pessoas assegurarão (p.344)

Inúteis diligências na organização das ações militares como é o caso da exigência da Junta Administrativa Provincial para que lhe fosse enviado todas as semanas *um Mapa especificado dos presos no período marcado, dos crimes d'elles, dias em que forão custodiados, e soltos, e os que estão processados ou não.* (p.344)

As expedições de captura seguem objetivos e direcionam-se a grupos específicos, de amocambados e fugitivos, podendo incluir grupos indígenas a eles associados nas categorias sociais estigmatizadas como *malandros, desertores e facinorosos*, não se restringindo portanto somente a uma situação de propriedade do escravo, caso das expedições organizadas por missionários e colonos, objetivando promover os descimentos de tribos indígenas, mão-de-obra fundamental na organização econômica e social das missões e das fazendas.

MOCAMBOS EM BUJARU

Encontramos registro de fazendas e engenhos com escravatura no rio Bujaru. Entre eles a propriedade de padres carmelitas e o Engenho Bom Intento, por sua expressão econômica, deveriam possuir muitos escravos. Somando-se aos ali existentes vinculados aos estabelecimentos agrícolas e manufatureiros, conforme as declarações encontradas nas Cartas de Datas, sesmeiros e seus confinantes, podemos examinar sobre: 1. a relevância de Bujaru como um território de grande ocorrência de escravos; e 2. a constituição de processos de fuga e de formação de quilombos em Bujaru, entre estes o mais conhecido era o Mocambo Cobruto.

Em ofício do Tenente Coronel Pedro Borges de Faria dirigido a Raymundo Diniz de Lima, Major Comandante Militar do Acará, solicita apreensão de 12 escravos que haviam fugido do

Engenho Bom Intento que fica localizado às margens do rio Guamá na boca do igarapé Bom Intento pertencente a Januário Antônio da Silva e que teriam sido:

... seduzidos por hum malvado forro da caza q. já se acha prezo aferros nesta cidade consta já seguirão a reunir-se a mocambos, ou que andão vagando pelo districto que V.^a S.^a commanda logo que forem prezos faça-os remetter com segurança para o dito engenho ou para esta cidade, conforme for mais comodo do serviço¹⁹.

Januário Antônio da Silva denuncia que os referidos 12 escravos teriam se direcionado para um mocambo do distrito, revelando com essa observação a percepção que tinha sobre os mocambos de Bujaru. A captura de escravos e o retorno à produção dos engenhos, fazendas e sítios tornavam-se imperativos para reativar a economia local e por extensão da Província.

Documento assinado no dia 07 de fevereiro de 1776, enviado por Narcizo Gomes do Amaral a João Pereira Caldas, dá notícia de um mulato chamado Lírio que vendia aguardente no rio Bujaru (Registro histórico do período de 1771/1776, de Manoel da Gama Lobo da Almada)²⁰.

A presença de mocambos nos rios que contornam a cidade de Belém é sobejamente demonstrada nos documentos de arquivos dos séculos XVIII e XIX, onde é apontada a existência de povoações de negros, ou “lugarejos” referidos como lugares de má fama, como é o caso daqueles localizados nos rios Jangapim (Inhangapi provavelmente), Caraparu e nos igarapés Apeú e São João, que deságuam na margem direita do rio Guamá, e localizados na região de Bujaru e suas adjacências. Os documentos oficiais referem-se a mocambos e expedições de captura. É o caso do Relatório da expedição de Guardas Nacionais que se dirigiu a Bujaru e realizou o “asalto da fazenda Estrela”, considerando os negros ali amocambados, como os implicados em desordens nas terras de Nossa Senhora.

Muito acertado seria colocar na fazenda Estrela uma força pequena, mas permanente, para correr estes centros todos, a fim de fazer cessar estes abusos, pois estes lugarejos são força que atraem não somente os escravos de Nossa Senhora, como muitos escravos de fora, como consta por varias denúncias que tem sido dadas. He de esperar que o governo da província, inteirado destes fatos, tome todas as medidas necessárias a este respeito.

No relato desse evento conhecido como *assalto da fazenda Estrela*, ou *assalto à Fazenda Pernambuco* (Correspondência Consular Tomo II (1840-1864) empreendido no dia 6 de janeiro de 1846 é noticiado pelo chefe da Guarda que chegaram a um local denominado Tabocal, conhecido como o *sítio da Negra Josepha*, e que cercaram as palhoças ali existentes dizendo que o lugar era reconhecido pelos seus *numerosissimos sinaes*, existindo homens negros fugitivos que ali permaneciam livremente, afirmação negada pelas mulheres negras *de forma insolente*.

¹⁹ APEP, Códice 1119 (atual) correspondência do Comandante Geral Militar com Diversos, 30 de junho de 1840. Apud Acevedo (1999). Op cit.

²⁰ Alguns índios tiveram terras enquanto sesmeiros como é o caso de uma concessão de data de sesmaria de 28 de julho de 1741, para Francisco Xavier, capitão da nação Anapurú-mirim e Ambrósio de Sousa, capitão dos caboclos, no Brejo do Arrayal (800 – livro 10, pág. 79).

A tensão é evidente entre mocambistas e Estado Colonial, revelando a Guarda os insultos que teriam sido dirigidos ao Reverendo Padre Prior e ao administrador da Fazenda (Estrela), por essa mulher negra de nome Josepha que lhe teria dito *não acoitava escravos, mas que se um escravo de Nossa Senhora lhe viesse pedir humã mão de farinha, ella daria um alqueire, porque os escravos de Nossa Senhora não eram escravos de ninguém, que tinham direito de fazer essas e outras coisas*. Reafirmava sua noção de direito, onde a liberdade era fundamental. Presa, foi abrigada a mostrar *as roças ou lugares onde estava a sua gente escondida ou trabalhando*. Tal rebeldia era a mesma encontrada em outra mulher, chamada Raimunda, segundo ele também insolente, segundo aponta a Guarda em seu Relatório.

Josepha, seguindo o relato policial, teria levado os policiais em duas casas; a primeira de uma viúva onde prenderam um escravo da fazenda Estrela depois a um “retiro” onde teriam achado um outro escravo da mesma fazenda o qual “sendo interrogado declara que sua mãe estava acoitada na casa de um tal Agostino Pestana, morador nas terras de Nossa Senhora”. A intimação e ameaça de despejo foi deixada no quilombo. Na volta a Tabocal, lugar nas imediações do rio Bujaru, os policiais tentaram capturar um “cafuz” que logrou escapar entrando na mata, mas avançaram uma ameaça de despejo *para as sobreditas mulheres de despejarem ate o dia 1º de janeiro este sitio que ocupam ilegalmente*²¹.

A questão envolve os proprietários e posseiros sem escravos para os quais a existência de homens livres que pudessem vir trabalhar nas suas propriedades por alguma forma de pagamento passava a ser essencial à sobrevivência de suas empreitadas, na produção de cacau, cana-de-açúcar, nos engenhos, na navegação e na construção seja ela de qualquer natureza. Encurralados de um lado, os negros que desafiavam a ordem do trabalho escravo, avançam em busca de novos territórios, criando à margem da lei as formas de vida com livre acesso aos recursos. Na tensão, no medo, no arrepio da lei e das ameaças de retorno à escravidão, constróem os dias nos mocambos.

Em nível mais geral, no país e no Pará, os conflitos espalham-se, reunindo os princípios abolicionistas e as revoltas internas na província. Denunciado junto com os irmãos Vasconcelos que foram presos, Philipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente, referido por Baena como o primeiro *cabeça* da revolução e demagogo, *o qual esse filantropo amante de novidades, pretendia actuar com o auxílio da escravatura... fez circular um folheto no qual apareciam duas mãos dadas sendo uma branca e outra preta e recomendando que os esperassem porque brevemente vinha mudar a ordem das coisas*”. (p.328)

Na década de 20 do século XIX aumentam os conflitos e como resposta uma reorganização administrativa é empreendida por parte das autoridades visando reforçar a união da

²¹ Baena com seu olhar contemporâneo sobre esses acontecimentos nos traz relatos interessantes como o ocorrido em 1782 sobre um Forte de Faxina com o nome de Nossa Senhora de Nazareth, anexo ao Lugar denominado Alcobaça, onde se encontrava um *artilhado de seis peças de calibre menor que o mediano para evitar os extravios de ouro e as fugas dos escravos de Cameté* (pág. 200-2001).

provincia com Portugal. Chama atenção para o *perigo de desavenças entre as administrações da Província pelo receio que possa desdobrar em perigo de que a sua descoadunação faça compagnar, mais depressa do que se pensa, a escravaria sempre pronta ao descativeiro com os Libertos e Mestiços oppostos por índole e condição aos Brancos* (p. 332)

O Comando da Guarda queixa-se da falta de munições e de mantimentos para manter a tropa e explorar por mais tempo *aqueles bosques, senão havíamos de achar ainda muitos outros escravos fugidos, desertores, etc porque ali existem sinais evidentes de muita gente e as mulheres, por diversas vezes cortarão a si mesmo, como tudo se poderia ver pelo depoimento dos policiais presentes se isto fosse necessário.*

O apoio recebido pelos escravos por parte daqueles para quem interessava força de trabalho livre para seus eventuais serviços de lavoura e manufatura, ou ainda para aqueles que questionavam a ordem colonial, era parte desse movimento mais geral presente na dinâmica de atores e de seus interesses no Pará, contribuindo com essa forma difusa de “abolição” empreendida pelos escravos com os processos de fuga. Essa leitura pode ser constatada no trecho que segue, ainda referente ao inquérito sobre o assalto à Fazenda Pernambuco:

Os soldados policiais não podiam estar mais tempo fora das suas casas senão correndo pelas habitações de todos estes moradores que povoam as terras de Nossa Senhora, na beira dos igarapés S. João, do Apeú, por todas estas partes haviam de achar escravos fugidos acoitados. Este distrito é mui pouco corrido pela policia. Os moradores das terras de Nossa Senhora recusam pagar os forros e unem-se com quantos malvados recorrem a eles, servem-se daqueles para seus trabalhos ruraes, e vivem, por assim dizer numa completa independência. Os escravos, certos de acharem coito, fogem com a maior facilidade. Nada custa mais do que os pegar protegidos que são por essa gente liberta.

O texto considera um campesinato sem terra que trabalho sob controle de arrendamentos. De um lado camponeses e de outro escravos, aparece a figura do forro e do pagamento aos seus serviços.

Provavelmente a falta de *batidas* no rio Bujaru, pois segundo Baena, *este distrito é mui pouco corrido pela policia* e a presença de apoiadores como alertam, criaram condições mais favoráveis às fugas de escravos. Razão do insucesso verificado na maior parte das expedições que partiam na captura de fugitivos. Como se refere uma autoridade militar responsável pela manutenção da ordem, que nada *custa mais do que os pegar protegidos que são por essa gente liberta.*

As histórias correntes sobre prisão de rebeldes e as missões de captura subtraem da Guarda Nacional a legitimidade da coação medida pelo sucesso na captura de escravos e no restabelecimento da ordem escravista. A crença é de que uma policia bem equipada e com um número expressivo de seu contingente, seria a solução, pelo que se pode apreender das referências históricas à falta de policia, pois, segundo ouviram contar.

... Floreano, caryfeo do bando de fugidos desta fazenda, tendo sido ferido, apresentou-se ao Juiz de Paz do Rio Jangapaim (Inhangapi), o qual procedeu a

um auto do corpo de delito indireto na pessoa daquele malvado, em conhecido no país, não somente por ter sido Cabano exaltado, como ao depois, por diversas tentativas de assassinato contra várias pessoas. O Juiz de Paz procedeu ao auto do corpo de delito sem mandar chamar ao administrador, e não prendeu ao escravo que hoje é chefe do bando que veio assaltar esta Fazenda, na ausência do dito administrador. E se se deve acreditar estas mulheres do Tabocal, elas disseram em nossa presença que o supradito Juiz de Paz despedira o Floriano dizendo-lhe “Vai te vingar, e façás-lhe (ao administrador) como elle te fez.

Em outra carta dirigida a autoridades militares, é narrado que um grupo de escravos conseguiu escapar do Convento dos Padres Carmelitas no rio Bujaru, apossando-se de terras e formando um quilombo chamado Cobruto. Um registro de ofício do senhor Jerônimo Francisco Coelho para o Major Comandante Militar de Bujaru, Palácio do Governo da Província do Pará, esclarece sobre a prisão de escravos do referido convento que ajude nas diligências solicitadas pelo Prior do mesmo convento²². Em carta datada de 21 de setembro de 1765²³ escreve Lourenço Antonio da Costa a Francisco de Souza Coutinho, Presidente da Província informando sobre a existência de um mocambo de pretos no rio Capim, portanto em terras confinadas com o vizinho rio Bujaru. Declara existir esse mocambo há cerca de três anos, e que os mocambistas haviam construído casas e montado seus plantios nas *matas do Tenente Coronel Manoel Miguel Ayres Pereira*, fato desconhecido para este, sendo que *já tinham rossa quase madura e forno para cozer farinha*”.

Os processos de prisão de pretos amocambados se realizavam nas Juntas Governativas e depois de inquiridos, com vistas a informar sobre outros refúgios de negros, quantidade de fugitivos, quem eram os acoitadores e os chefes dos *bandos*, eram colocados à disposição de seus senhores que os mandavam buscar na prisão, como se depreende das referências a seguir, falando inclusive do rateio dos bens capturados nos quilombos. Os presos que *forão recebidos... e quanto aos trastes, que forão achados no mocambo fará Vmce. Vender parte de seu produto para se pagarem as despesas, unindo-se o que resultar do rateio que se procedeo, e que lhe será remetido, logo que os senhores dos escravos os tirarem da cadeia*²⁴.

As fugas de escravos²⁵ representavam processos marcados por audácia e persistência, condições essenciais para manter distantes as forças milicianas e os donos de terras que organizaram ou financiaram as missões e diligências de captura em toda essa região do entorno de Belém, do Marajó e Gurupá até aos afluentes do baixo Tocantins e os rios Acará, Capim,

²² APEP, Códice 1203 (atual), 1849. Registro dos ofícios dirigidos pelo Presidente às autoridades militares e chefes das repartições militares nesta Província.

²³ APEP, códice 512 (atual), 285 (antiga), 1838-1840, em Correspondência de Diversis com o Govêrno – 1794-1796.

²⁴ APEP, Códice 724 (atual) 775 (antiga) 1821-1822, Correspondência da Junta Provisória com Diversos.

²⁵ Em Negros do Trombetas, esses processos de fuga lograram a formação de quilombos no alto das cachoeiras do rio Trombetas. As autoras apreciam que “Nos anos 1820 a fuga de escravos inaugura formas coletivas, portanto diferentes, do rompimento individualizado com o senhor de escravos. Assim, inscreve-se num contexto político de lutas internas e de forças que traziam conteúdos ideológicos emancipacionistas no Pará. Por volta de 1822 as fugas de escravos intensificaram-se nas vizinhanças de Belém e registra-se o aumento de quilombos na ilha de Mosqueiro, no distrito de Barcarena, na ilha das Onças, nas margens dos rios Guamá e Capim e no distrito de Cameté. Esse último atraiu a atenção das autoridades pelo caráter político dos agrupamentos de escravos”.

Bujaru e Igarapé-Miri, para citar as áreas mais populosas de escravos e com mais posses agrícolas. Há diferenciação nos processo de formação de quilombos como diz Acevedo *fuga e modalidades de inserção nos quilombos não se encaixam num um único momento e modelo. Alguns escravos fugiam e, eventualmente podiam estabelecer um jogo de negociação com os seus senhores (1999)*. Assim também os motivos para organizar esses quilombos eram diversos, a exemplo, a insatisfação pelos maltratos e castigos, falta de liberdade para produzir e conduzir suas vidas e o interesse por ampliar as possibilidades de trocas mercantis. O confronto das forças milicianas com os quilombos era freqüente, nas contínuas buscas visando capturá-los, na maior parte mal sucedidas. O grau de violência impressiona, como é o caso da expedição que chegou no Arsenal de Belém, em 1823, dando conta do ocorrido na procura de “malfeitores, e pretos fugidos” resultando na destruição de um mocambo que teria em torno de 20 pretos. Declara Joaquim Epifânio da Cunha para a Junta Provisória do Arsenal que depois de um *renhido combate no mocambo a que elles se acoitavam em que fizeram mortos uns 16 a 20 pretos, e outros feridos, aprisionando a Rainha do Mocambo e mais outra que talvez seja a sua camareira-mor*, repartiram os vinte mil réis encontrados entre os soldados que participaram da expedição²⁶.

TERRITÓRIO ÉTNICO NA LINHA DA HISTÓRIA

A tese é de que há um território étnico que se forma no processo de luta pela permanência dos quilombos e que significa empreender esforços para manter as estruturas de defesa e de reprodução. Isso implica em tecer laços de cumplicidade, de solidariedade que evoluem em processo de formação de alianças familiares. Como explicitar o território étnico no tempo? A tese que apresentamos aqui é da existência de um território étnico como resultado dos movimentos políticos de formação de quilombos. Que critérios, e condições materiais e simbólicas estariam na base da organização de grupos na constituição de mocambos, povoados de quilombolas, ou ainda nas revoltas e levantes? Seria a língua, e a cultura de uma etnia de origem, ou justamente, a busca de canais comuns de comunicação, um papel importante na formação de quilombos? Considera-se que no final do século XVIII, deveria ter muito negros de primeira geração de cativo, e os demais de segunda, na hipótese de serem escravos trazidos diretamente no tráfico negreiro empreendido na política pombalina. Quais as bases culturais que lhes garantiam o conhecimento da geografia nas mãos. Como teriam reunido conhecimentos agroecológicos necessários a sua reprodução? O que os teria mantido até o presente nesses territórios? Quais os elementos simbólicos que os movem na construção de trajetórias como pequenos produtores familiares? Qual a relação com a terra coletiva, enquanto patrimônio da história do grupo? Essas questões perpassam o entendimento do significado do território e da existência enquanto grupo.

As narrativas encontradas nos arquivos nos ensinam um lado não oficial da história do Pará, este que salta metaforicamente das folhas amareladas das correspondências trocadas pelos poderes administrativo, militar e eclesiástico, e coloca diante de nós processos de ocupação da terra à revelia da ordem colonial. O sistema sesmarial estava latentemente sendo modificado por

²⁶ APEP, Códice 755 (atual), 409 (antiga), 1823. “Correspondência de diversos com o Governo da Província do Pará”.

formas de apossamento fora da lei, e ainda, ampliando-se a conquista dos territórios por outros processos igualmente percebidos como ilegítimos – os mocambos de pretos e de índios – repassando, dessa maneira, o patrimônio público para a sociedade, seja pela forma da propriedade privada praticada pelos donos de fazendas e engenhos, ou sesmeiros em geral, seja por processos de apossamento coletivo, onde a defesa do território esteve diretamente relacionada à capacidade de nela se manter, o que implicava inevitavelmente em estratégias coletivas de defesa do território.

Dentro dessa lógica, não é estranho que no município de Bujaru encontre-se uma unidade familiar tecida através do tempo, da história comum do grupo, entre as comunidades que se localizam em suas margens e nos igarapés que nele deságuam, como o Cravo, o Curuperé, o Ipanema, o Juati Grande, o Jutai Pequeno, o João Igarapé, o Castanheiro e o Galho. E o movimento de demarcação enquanto “terras quilombolas” ganha sentido, do ponto de vista da lógica da trajetória desses grupos. Qual seria o lugar da demarcação coletiva da terra, diante da perspectiva da terra enquanto propriedade privada e enquanto propriedade coletiva? Será que se poderia entender como um *ajuste de contas* com as terras coletivas? Para discutir a questão perante o movimento negro quais os conceitos matrizes de um pensamento atual que interaja com o passado? Qual a cadeia dominial dessas terras e o que eles se colocam como *questão fundiária*?

Havia entre eles os apoiadores ou *acoitadores*, na linguagem dos documentos consultados, como eram chamados pelos donos de escravos e autoridades militares, principais interessados em frear as fugas de escravos. No rio Capim negros fugidos para um mocambo foram apoiados por um índio que fazia serviços de caça para o Tenente Coronel Manoel Miguel Ayres Pereira, chamado Manoel Braz que escapou de ser preso por seus *atos de acoitamento* por ter escapado para o mato, conforme explica em carta Lourenço Antonio da Costa ao Presidente da Província, Francisco de Souza Coutinho²⁷.

Os atos e resoluções aprovados pelas Câmaras prescrevem a organização de milícias, como também, a série de normas e punições ditadas para os não negros e homens livres que passaram a relacionar-se com os chamados mocambeiros. Havia proibições que iam ao sentido de dificultar a vida livre de escravos, como as inúmeras disposições no sentido de coagir trocas entre senzalas. Um capítulo da historiografia da escravidão no Pará procura resgatar o papel e a importância que tiveram os processos de fuga, a formação de quilombos e as ações de repressão, no entendimento do que representavam as fugas para a ordem e a estabilidade de um sistema de mando na colônia.

REVOLTAS, INSURREIÇÕES E AFIRMAÇÃO DO QUILOMBO

²⁷ APEP, código 512 (atual), 285 (antiga), 1838-1840. “Correspondência de Diversos com o Governo” 1794-1796.

Pelas informações do Major e Comandante Militar Francisco de Sequeira Monterroso, de Ourém, eram constantes as empreitadas policiais destinadas a arrazar os quilombos e barrar o avanço dos processos de fuga. Certa carta se refere a uma missão *de batção do quilombo de Ourém*, cujo comandante deslocou-se com suas tropas de Belém para Bragança. Visava concretizar a *segunda expedição para arrasar o mocambo que está próximo da Villa de Ourém, que o capitam de mato Manoel dos Santos afiança ter, entre pretos e pretas, cento e quarenta, e se obriga a guiar a tropa até o dito mocambo, esperando que tudo se conclua até o fim do mês, se seu plano não falhar*. Alguns elementos saltam dessa correspondência e destacam a importância dos quilombos de Bragança que se estendiam pelo vale do Gurupi, ligando-se a outros do Maranhão. Mostram primeiro a relevância do quilombo pelo seu tamanho e desafio ao comando militar que mobiliza 14 capitães, 33 soldados, 4 oficiais inferiores e 40 praças de 1ª e 2ª linhas, armados e *municiados de pólvora e bala*, além de seu comandante, Alferes do 2º. Regimento Antônio José Vaz Tavares; em segundo lugar pela localização em uma região como Ourém que não estava, pelas estatísticas, entre os mais populosos de escravos. A vizinhança com Bragança potencializava, no entanto, um território mais amplo de fuga e refúgio. Isso nos leva a supor que em outras áreas menos guarnecidas e de mais difícil acesso, como as cabeceiras de rios e igarapés, com acidentes geográficos que favorecem o esconderijo, a exemplo de Bujaru, onde os mocambos reuniram condições de atravessar essa distância e de permanecer por mais tempo e produzir, no mesmo território, sua existência social e cultural.

Observam-se, numa grande extensão territorial, práticas de organização da rebeldia ao sistema de trabalho escravo, permanecendo muitas vezes em pequenos grupos, espalhados nas terras das fazendas, recriando assim as condições de vida para se manter através de pequena agricultura, da coleta, da caça e da pesca. A resistência assume, portanto, formas diversas, sendo o quilombo um emblema que se atualizava no mundo negro da resistência. Construíram assim seu espaço social e reproduziram as bases das sociedades de hoje e da presença negra fortemente encontrada nos traços e na cultura amazônica²⁸.

Por todo o vale ocorreu a insurreição, por volta de 1822 até as décadas subseqüentes. Os sinais da decadência eram evidentes e refletiam na produção que mostrava dificuldades de retomar a organização do trabalho de períodos anteriores. O Jardim Botânico de Belém, onde se realizavam novas experiências de plantios de espécies trazidas para a Amazônia, como foi o caso de dezenas de frutas trazidas das Guianas, entrou em decadência e em 1830 estava praticamente extinto. Os estabelecimentos manufatureiros, como diz Reis foram abandonados e desativados. Os estaleiros pararam e as embarcações começaram a escassear tanto para as atividades de defesa das fronteiras, mas também para assegurar as buscas de escravos fugidos e batida nos mocambos. Nesse clima em que as revoltas se formavam, estoura o movimento da Cabanagem que vinha sendo gestado há bastante tempo. É a expressão de um conflito mais amplo e anterior às revoltas do início do século. Os revolucionários estavam inspirados na busca de uma outra ordem econômica e social, onde os conceitos de liberdade e democracia formavam as bases de

²⁸ Observações encontradas na análise de Acevedo e Castro em Negros do Trombetas, Belém, 1998, 2ª. ed.

um projeto social. Reis faz um balanço sobre a importância do conflito que levou a 40.000 mortos (em contagem oficial contestada por diversos autores), e mudanças importantes na organização social, na produção e no comércio, estabelecendo alguns ajustes, ainda que frágeis, da relação e mediação entre camadas sociais.

A formação econômica e social da Amazônia precisa ser reinterpretada e contada pelos processos reais que marcaram a vida e impuseram a morte a muitos descendentes de africanos nessas terras. O quilombo é a concretização dessa rebeldia, a materialização da dinâmica social e espacial, de reconhecimento de territórios pela dominação colonial, mas também de resguardo de territórios de refúgio pelas trincheiras fincadas para defesa dos quilombos, pelos grupos aquilombados. Cabe entender os elos que ligam essas informações de apossamento de terras por grupos quilombolas no rio Bujaru e seus igarapés e as comunidades hoje ali assentadas, cuja memória resgata muito tenuemente alguns fragmentos da escravidão, no contar das histórias pelos velhos. Um primeiro movimento é de contar a história da posse a partir de atos de compra das terras, ou concessão por herança e partilha.

Alguma coisa possibilitou a permanência desses quilombos, trazendo até o presente, os seus descendentes organizados na forma de povoados rurais, tal qual os encontramos. Mas qual a relação real entre quilombos e as comunidades rurais? O que os dados nos dizem, para além da identificação de processos de fuga, dos registros de quilombos, da presença de fazendas e de engenhos na área? Quais os processos que nos permitem pistas para avançar nessa compreensão? Tentar responder a essas perguntas é um empreendimento de difícil alcance, embora os sinais da ocupação do território, como acabamos de mostrar, sejam fortes como indícios trazidos pela historiografia. Além disso, o cruzamento desse material com os dados da história oral, metodologia aplicada para a análise da atualidade da ocupação do território pelas comunidades de Bujaru e Concórdia do Pará, nos parecem peças fundamentais para uma interpretação da história local, pois apesar da migração de membros da parentela para outros municípios, vilas e cidades, o que tem sido empreendido em escala reduzida, a estrutura social e econômica desses grupos, tecida pelas relações familiares, permanece como dimensão essencial nas relações sociais nesses grupos de pequenos agricultores familiares, de seu sentimento de pertença ao grupo, de identidade, e de reconhecimento de direitos sobre o território de ancestral ocupação.

POVOAMENTO E IRRADIAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS

A Vila de Santana juntamente com o Arraial do Cravo, a primeira na margem esquerda do rio Bujaru e, a segunda, nas margens do igarapé Cravo, foram povoados importantes nos séculos XVIII e XIX. Dali irradiaram-se e teceram as relações de sociabilidade com outras localidades dando origem a novos povoados. Surpreende que todos eles tenham guardado, ao longo do tempo, as relações familiares e de trocas econômicas, suas festividades e as manifestações religiosas que lhes garantiam unidade e a manutenção de um sistema de sociabilidade.

Irradiando-se através dos igarapés povoados que iam aparecendo com o casamento e conseqüente desmembramento espacial do grupo familiar, amplia-se o espaço de domínio das relações das famílias de São Judas com o território. Teria havido, com esses processos, uma afirmação no tempo de um antigo território étnico? Quais as regras de integração de novas famílias aos grupos originários? Pelo que se pode perceber, as possibilidades de entrada de novos membros vêm, sobretudo pelos laços de casamento, quando membros de outras famílias são incorporadas em relações de parentesco de caráter social e não consangüíneo, mais amplas e por isso com vínculos menos fortes, podendo retornar aos vínculos de sua família de origem.

Na percepção sobre o deslocamento dos grupos familiares e o povoamento desse território, as pessoas entrevistadas se referem a Santana que *era um povoado que tinha muitos escravos, com sua Igreja de 300 anos*. Na fala de um morador de São Judas lá em Santana era o lugar da escravatura, onde é a Igreja e antes era onde está o cemitério, assinalando a presença de prédios da época da escravidão, mas ainda em pé apesar do seu estado de deterioração avançado, como é o caso daquela igreja. O povoado de Cravo pertencia à Santana que organizava, enquanto referência administrativa e religiosa, as relações entre os povoados.

A narrativa dos descendentes de escravos refaz vários fluxos e direções nas fases pós-abolição. É difícil identificar a origem desses deslocamentos, embora as narrativas permitam concluir sobre a irradiação de famílias que se espalharam seguindo as rotas dos igarapés e fixando novos pontos no território conquistado, mostrando um modelo de espacialização num grande círculo, atado pelas relações familiares. O primeiro movimento de convergência e refluxo para a vila de Santana, seguindo o curso do rio Bujaru e dos igarapés Cravo, João Igarapé, Jutai, Jutai Grande e Arapiranga, irradiando-se pelos igarapés Dona, Campo Verde, Ipanema e Galho²⁹. O segundo movimento de Santana em direção ao alto e baixo rio Bujaru, religando-se com os ramos familiares que se encontravam nos lugares Dona, Ipanema, Campo Verde, Galho e Igarapé João. A partir de Cravo, configura-se na direção de São Judas, Santo Antônio, Curupéré e Curuperezinho.

Essas direções se assemelham no que diz respeito a se manter nos igarapés e somente mais tarde ir ao encontro de espaços com as áreas urbanas e os caminhos abertos pelas estradas. Encontra-se muito pouco material antropológico que explique como se desenvolveram as relações étnicas ao interior dos grupos domésticos e deles com a sociedade envolvente. Igualmente restam muitas questões a elucidar sobre as relações que mantiveram, na época da escravidão e na pós-abolição, com agentes econômicos. Sabe-se que os regatões desempenhavam esse papel de elos de ligação, através do comércio, com o mundo de fora desse universo que de certa forma se fecha nas relações familiares resguardando a unidade grupal, nesse território de mata e água, mas se abre para as relações comerciais, em direção ao mundo urbano onde são vendidos seus produtos, seja com Belém ou outras cidades.

²⁹ A Igreja de Santana, na Vila de Santana, que tem 300 anos, era a igreja que faz parte da paróquia de Bujaru e que atendia a todas as comunidades.

As redes de contato e de trocas, dos rituais e das festas, teceram, ao longo do tempo, os liames de vínculos sociais que se mantêm até o presente. Justamente aí encontramos a sua particularidade como grupo, fundamental e fundadora da identidade na qual a noção do individual está presente, mas a partilha com o outro, as práticas coletivas (mutirão no trabalho, rituais no nascimento, iniciação à vida adulta e na morte), são vigentes e fortes. A noção de direito de todos à terra e à reprodução que ela permite pelos sistemas agro-florestais, faz parte de seu universo objetivo e simbólico. A noção de rede é chave para poder se entender porque essas comunidades sobrevivem ao tempo, e mantêm suas tradições na sucessão geracional. As redes de relações conecta as comunidades dentre si, as pessoas aos grupos familiares e através destes, para as demais comunidades que compõem esse universo étnico. São redes de troca de sentimentos, casamentos, de unidades de trabalho, de rituais de transgressão da ordem individualizada da sociedade moderna. A tradição reinventa o presente (HOBBSAWM:1973). E por isso a comunidade quilombola está em construção, no sentido de comunidade como aplica Tönnies, de unidade de interesses e de sentimentos, conformando uma lógica de leitura e interpretação do mundo. E também nesse rastrear das mudanças e de novos projetos e sonhos, a identidade de quilombolas é recriada pelos grupos que ingressam nesse universo em mudança, com a segurança de quem está projetando a vida coletiva do futuro, pelos alicerces revistos na atualidade. Como entender a idéia e a identidade quilombola em um corredor de militância? Quais os crivos de situações e de sua distinção?

A pesquisa mostrou uma rede intrincada de relações sociais e de saberes que foram se constituindo ao longo do tempo, sobre os igarapés e rios, seu papel de integração do grupo étnico mais amplo e de ocupação de terras mais ao interior das margens dos rios, estes igualmente marcados pelas formas de ocupação desde o período colonial. Não se trata portanto de estudos sobre comunidades rurais, mas de interrogar sobre a dimensão da história particular de grupos marcados por uma história colonial em ordem social escravista. Mas a questão que vem se colocando mais recentemente é que se tratava de uma população quilombola que se inventa, se produz pelas condições do presente (FERREIRA:2000). E as origens enquanto grupo e formas de apossamento da terra – as terras de preto – ancoradas na sua constituição ao longo da história. E nesse sentido, os mesmos laços que unem o passado ao presente, que é a identidade, os separa pela reinvenção do ser quilombola nas condições do presente. Pelas mobilizações reinventam alteridades como sustentação de ação política. Atribuem-se remanescentes de quilombos, quilombolas do município de Bujaru, como pode ser observado quando afixam a identidade da bandeira da Associação, hasteada ao alto da barraca fincada no INCRA por ocasião dos acampamentos de março e abril de 2003. Auto-denominam-se quilombolas e afirmam os direitos pela memória coletiva do grupo e por considerar que qualquer legislação e política pública teria de aceitar, pelos princípios de democracia que as fundam, o direito à auto-atribuição de identidade como direitos humanos inalienáveis.

Outra dimensão relevante nos estudos sobre terras de preto no Para revela que o sistema de regras de sociabilidade dos grupos estabelece uma hierarquia sobre a legitimidade de falas sobre o povoados. Quem pode e deve falar sobre suas origens, filiações e consanguinidade,

identidade e irradiação de famílias para outros povoados. O descumprimento dessa, digamos, *hierarquia da fala*, de credibilidade e legitimidade, durante a pesquisa, pode ser observada por algumas tensões surgidas pela *ilegitimidade* da fala de certos interlocutores, nos olhos dos outros, para contar a história do povoado. São narrativas de ordem factual feita na presença de muitos que escutam, avaliam e podem emitir pareceres – imediatos ou *a posteriori* -, e por isso há um controle coletivo sobre a fala do outro, como ocorreu na maior parte das entrevistas efetuadas no povoado, reunindo aleatoriamente um grupo de pessoas *intérpretes* da história local.

A presença de quilombos nos rios da região Guajarina, no Pará, descarta também a possibilidade de terem seus ascendentes participado de formas de apossamento de terras devolutas à margem da ordem colonial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABEP. Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Estado do Pará. ABEP. Belém: Imprensa Oficial. 1968.
- ACEVEDO MARIN, Rosa. E. (2000) Camponeses, Donos de engenhos e Escravos na região do Acará nos Séculos XVIII e XIX, Belém, Paper do NAEA no. 131, UFPA/NAEA ACEVEDO MARIN, Rosa E.
- ACEVEDO MARIN, R. E.; CASTRO, E. Mobilização política de comunidades negras rurais. Domínios de um conhecimento praxológico. In: Novos Cadernos NAEA. Vol. 2 Nº 2, Dez., 1999 (p. 73-107.)
- ACEVEDO MARIN, R. & CASTRO, E. (1998) Negros do Trombetas. Belém, 2ª. Ed. CEJUP
- ALDEN, Dauril. O significado da produção de cacau na região amazônica. Belém, UFPA NAEA/FIPAM, 1974.
- BAENA, A. L. M. Compendio das Eras da Província do Pará. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969.
- BAENA, A. L. M. Ensaio Corographico da Província do Pará. Belém: Tip., 1838.
- BAENA, Antônio Ladislau Monteiro, Ensaio Corográfico sobre a “Província do Pará”. Belém, Typ de Santos & Menor, 1839.589p
- BASTOS, A. C. Tavares. O Vale do Amazonas: a livre navegação do Amazonas, estatística, produção, comércio, questões fiscais do vale do Amazonas. 3 ed. São Paulo: Editora nacional/Brasília:INL.. 1975.
- BRUSQUE, F. C. de A. Relatório apresentado pelo Exmo. Sr. Presidente da Província Dr. Francisco Carlos Araújo Brusque à Assembléia Legislativa da Província do Pará na Primeira Sessão da XIII Legislatura. Em 1º de setembro de 1862. Pará, Typographia de Francisco Carlos Rhossard, 1862. p. 57-66.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CASTRO, Edna (2003) Quilombolas de Bujaru. Memória da Escravidão, Territorialidade e Titulação da Terra. Belém, CESU/Programas Raízes/UNAMAZ. Relatório de Pesquisa.
- CASTRO, E. & ACEVEDO MARIN, R. (2001) Diagnóstico de comunidades negras rurais localizadas na Reserva Biológica do Trombetas. Brasília, IBAMA. www.ibama.gov.br.
- CASTRO, E. & PINTON, F. (1998) Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais. In: Castro, E. & Pinton, Florence (1998) Faces do Trópico Úmido. Belém, CEJUP.
- CARDOSO, Eloisa R. (2002) – Mandioca e Pequena produção familiar. Belém - EMBRAPA (mimeo)
- CRUZ, Ernesto (1960) Temas de História do Pará. Belém. SPEVEA.
- GOMES, Flávio dos Santos (1999) Fronteiras e Mocambos: o Protesto Negro na Guiana Brasileira. In: Gomes, F. dos S. Nas Terras do Cabo Norte. Belém, Ed. UFPA.

FURTADO, L. G. Amazônia: desenvolvimento, sócio-diversidade e qualidade de vida. Belém: UFPA /NUMA, 1997. p. 147-165.

HALBWACHS, Maurice. Lês cadres sociaux de la mémoire, Paris, Presses Universitaires de France, 1925.

HOBBSBAWM, E; T. 1973 Peasants and Politics. Journal off peasant Studies. New York: Norton .

LEONARDI, Victor (1999) Os historiadores e os rios. Natureza e ruína na Amazônia Brasileira. Brasília. Paralelo e UnB.

RAIOL, D. A. Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835. Belém: Universidade Federal do Pará, vol. 3, 1970

REIS. Arthur César Ferreira. História de Óbidos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/ Brasília: INL/ Belém: Governo do Estado do Pará, 1979 (Coleção Retratos do Brasil, V. 123).

REIS, J. J. & SILVA, E. (1989) Negociação e Conflito. A resistência negra no Brasil escravagista. São Paulo, Companhia das Letras

SALLES, Vicente. O Negro no Pará sob Regime de Escravidão. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Belém: UFPA, 1971.

SPIX, Johan Baptist, MARTINS, C. F. O. Viagem pelo Brasil (1817-1820). São Paulo: Melhoramentos, 1976.

SCOTT, James C. (1985) Weapons of the Weak. Everyday Forms of Peasant Resistance. New Haven and London. Yale University.